



Caixa de Assistência, Previdência e Pensão dos Servidores Públicos do
Município de Aperibé – CAPMA

ATA Nº 009/2026

Órgão: Comitê de Investimentos

Instituição do Comitê: Portaria/GP/ 2.247/2024

Fundamentos: art. 10 parágrafo 4º da Lei Municipal nº 912/2024

Membros Constituídos: Fernanda da Silva Santos Lanes, Mônica Costa Venceslau, Israel José Antônio da Cunha Leite Dallier, Cris Carla de Oliveira Carneiro, Marêssah Ribeiro Ananias

Presidente do Comitê: Fernanda da Silva Santos Lanes

Aos vinte e sete dias de agosto do ano de dois mil de vinte e seis, teve início às 10h, a 9ª Reunião do Comitê de Investimentos/ 2026. Reuniu-se em sessão ordinária, na sede da Caixa de Assistência, Previdência e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Aperibé – CAPMA, Aperibé/RJ, localizada na Estrada RJ 116 – Bairro Santa Ana/ Verdes Campos nº 4400 - Centro – Aperibé, com a presença da Presidente do Comitê de Investimentos Fernanda da Silva Santos Lanes e demais membros: Mônica Costa Venceslau, Israel José Antônio da Cunha Leite Dallier, Cris Carla de Oliveira Carneiro e o Controlador Interno Rômulo da Silva Rodrigues, com a seguinte Pauta 1) **Cenário econômico e análise da carteira de investimentos**; 2) **Movimentação financeira do mês de junho e julho/2026**; 3) **COMPREV**. A Presidente do Comitê de Investimento Fernanda da Silva Santos Lanes iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todos pela presença. Em seguida, apresentou o relatório de Consultoria de Investimentos Mais Valia representada pelo senhor Ronaldo Borges da Fonseca, que em sua consideração disse: "IPCA / DADOS ECONOMICOS / FED Julho de 2026 manteve o padrão de resultados mistos observado ao longo do ano, ainda em um ambiente marcado por volatilidade elevada e pela persistência da aversão ao risco nos mercados globais. A renda variável doméstica, porém, apresentou desempenho positivo no agregado, beneficiada por uma melhora no fluxo local e por sinais de estabilização do cenário macroeconômico interno. Ainda assim, alguns fundos encerraram o mês com resultados negativos, refletindo diferenças relevantes entre setores e estilos de gestão. No mercado local, o avanço das ações foi puxado principalmente por empresas ligadas ao consumo e segmentos menos sensíveis ao ambiente externo. Já setores cíclicos e companhias com maior exposição internacional tiveram comportamento mais irregular. Apesar disso, o saldo final da bolsa brasileira em julho foi favorável, contribuindo positivamente para boa parte das carteiras. A renda fixa seguiu como ponto de estabilidade, sustentada por prêmios de juros ainda atrativos e pela busca por ativos de maior qualidade. Títulos indexados à inflação e papéis de crédito corporativo de emissores sólidos continuaram entregando retornos consistentes, reforçando o papel defensivo da classe. O ponto fraco do mês foi novamente a exposição internacional. Os investimentos no exterior apresentaram desempenho negativo, pressionados por movimentos abruptos de aversão ao risco, revisões de expectativas de política monetária global e quedas mais acentuadas em ativos de tecnologia e mercados emergentes fora do Brasil. Como resultado, as carteiras de nossos clientes em julho exibiram evolução heterogênea. Os melhores desempenhos ficaram com aquelas com maior participação em renda variável doméstica e renda fixa, enquanto portfólios com exposição relevante ao exterior foram penalizados, já que esses ativos foram os principais responsáveis pelos recuos no período. Iniciando pelo Brasil, a inflação ao consumidor avançou 0,16% em junho, resultado que surpreendeu positivamente ao ficar bem abaixo das expectativas do mercado, que projetavam alta de 0,31%. Com isso, a variação acumulada em 12 meses do IPCA desacelerou de 4,7% para 4,6%, reforçando um quadro mais benigno para a dinâmica de preços no curto prazo. A composição do índice também veio mais favorável, com moderação em alimentos, serviços e núcleos. A maior parte da surpresa baixista se concentrou na alimentação no domicílio, que recuou 0,39%, influenciada principalmente pela queda em carnes e itens in natura. Esse movimento contribuiu para a acomodação da alimentação fora do domicílio, cuja variação desacelerou de 0,49% no mês anterior para 0,15% em junho, ajudando a explicar parte da surpresa baixista observada nos serviços subjacentes. Os dados de atividade econômica de maio reforçaram a percepção de perda de dinamismo no início do segundo trimestre. Segundo o IBGE, o volume de serviços recuou 0,4% no mês, ligeiramente abaixo de nossa projeção e da mediana do mercado, após a alta de 1,1% registrada em abril. Com esse resultado, o setor carrega 0,3% para o segundo trimestre, sinalizando um ritmo mais moderado de expansão. A abertura mostrou comportamento heterogêneo: as principais contribuições negativas vieram de transportes (-1,0%), influenciados por quedas em transporte aéreo e armazenamento, e de outros serviços (-1,9%), com destaque para a retração em serviços financeiros. Em contrapartida, houve avanço em serviços profissionais, administrativos e complementares (1,9%), além de crescimento de 0,2% em serviços prestados às famílias, impulsionados pelo segmento de alimentação. O varejo também apresentou desempenho abaixo do esperado em maio. No varejo restrito, as vendas avançaram apenas 0,1% na margem, com quedas concentradas em supermercados e produtos alimentícios (-1,5%) e em equipamentos para escritório e informática (-1,7%). Na decomposição entre itens ligados à renda e itens dependentes de crédito, o segundo grupo compensou parcialmente o recuo do primeiro, evitando um resultado ainda mais fraco. Já o varejo ampliado, que incluiu veículos, materiais de construção e atacado de alimentos, registrou queda de 0,2%, apesar do crescimento observado nas duas primeiras categorias. Como consequência desse conjunto de indicadores, o IBC-Br, proxy mensal de atividade do Banco Central, avançou apenas 0,1% em maio, influenciado negativamente pelo desempenho da agropecuária. Em linha com esses resultados, o quadro geral sugere que o segundo trimestre deve ser marcado por menor tração da atividade econômica, reforçando nossa expectativa de desaceleração do PIB no período, diante de condições financeiras mais apertadas, moderação do consumo e impactos defasados da política monetária sobre setores sensíveis ao crédito. No Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º bimestre de 2026, o governo anunciou uma redução da contenção de despesas, movimento que sinaliza algum alívio na execução orçamentária após meses de maior rigidez fiscal. A decisão reflete tanto a reavaliação das projeções de receitas quanto a necessidade de acomodar gastos obrigatórios que vêm crescendo acima do esperado, em um contexto de pressão

Estrada RJ 116 - N 4400, Bairro Santa Ana – Aperibé / RJ – CEP: 28.495-000

Telefone: (22) 3864-0728 | E-mail: capmaaperibe2021@gmail.com

CNPJ: 02.402.756/0001-92



estrutural sobre o orçamento. Embora a flexibilização seja limitada, ela indica uma tentativa de calibrar o ritmo econômico e a trajetória das despesas obrigatórias ao longo do segundo semestre, especialmente em um ambiente de maior incerteza sobre o crescimento e sobre a trajetória das contas públicas. Apesar de sinais mistos na atividade econômica, o mercado de trabalho seguiu resiliente em junho, sustentando o padrão de firmeza observado ao longo do ano. Segundo os dados do Caged, foram criadas 145,2 mil vagas formais no mês, resultado acima das expectativas do mercado e que reforça a capacidade de geração de emprego mesmo em um ambiente de desaceleração. Em nossas estimativas, o saldo ajustado sazonalmente passou de 49 mil para 78 mil, com a aceleração puxada sobretudo pela recuperação do comércio e dos serviços. Ainda assim, a média móvel de três meses recuou para 57 mil, vindo de 87 mil em maio e permanecendo abaixo do nível considerado neutro para a taxa de desemprego, o que indica alguma perda de tração na criação de vagas. Os dados da PNAD Contínua, que abrangem todo o universo do trabalho, também mostraram estabilidade, com a taxa de desemprego atingindo 5,4% no trimestre encerrado em junho, equivalente a 5,5% na série com ajuste sazonal, ligeiramente acima da taxa de abril, de 5,4%. Esse comportamento reflete uma força de trabalho maior, combinada à estabilidade da população ocupada, sugerindo que a expansão do emprego começa a encontrar limites após meses de forte absorção de mão de obra. Além disso, o rendimento médio real recuou 0,4% na margem, indicando perda de impulso na massa salarial, ainda que esta permaneça em patamar elevado. O resultado primário do setor público consolidado voltou a mostrar deterioração em junho, registrando déficit de R\$ 47,1 bilhões, acima do saldo negativo observado no mesmo mês de 2025, quando o déficit havia sido de R\$ 40,9 bilhões. O desempenho reflete tanto a pressão persistente das despesas obrigatórias quanto a desaceleração das receitas, em um contexto de atividade econômica mais fraca e menor crescimento da arrecadação. A ampliação do déficit também evidencia os desafios enfrentados pelo esforço fiscal ao longo de 2026, especialmente diante da necessidade de acomodar gastos que seguem crescendo acima do ritmo das receitas e da dificuldade de avançar em medidas estruturais de contenção. Embora parte da piora já fosse esperada, o resultado reforça a percepção de que o quadro fiscal permanece pressionado e exigirá maior disciplina na execução orçamentária ao longo do segundo semestre, em meio a um ambiente de menor dinamismo econômico e incertezas sobre a trajetória das contas públicas. Finalizando, o último boletim Focus com com posição de 31 de julho de 2026, trouxe a previsão do IPCA para 5,03% para o final de 2026, resultado acima do teto da meta estabelecida pelo Banco Central, e com valor abaixo da sondagem do mês anterior. O PIB trouxe um aumento na previsão de 1,99, o mesmo resultado da última sondagem. Com relação a Selic o mercado prevê o número em 13,75% ao final de 2026, resultado inferior a sondagem do mês passado. E por fim o câmbio as previsões do mercado apresentaram projeção igual ao número divulgado no mês anterior de R\$5,20/USD 1. Boletim Focus: 03/08/2026 Agora falando sobre os EUA, a inflação ao consumidor nos Estados Unidos voltou a surpreender negativamente em junho, trazendo uma leitura mais benigna e reforçando o processo de desinflação em curso. O índice cheio registrou queda de 0,4%, após alta de 0,5% em maio, movimento fortemente influenciado pelo recuo de 5,7% nos preços de energia, que teve impacto decisivo na variação mensal. O núcleo do índice, que exclui alimentos e energia, ficou estável (0,0%), após avanço de 0,2% no mês anterior e abaixo das expectativas do mercado, que projetavam alta de 0,2%. A abertura dos dados mostrou desaceleração dissimulada. O núcleo de bens recuou 0,09%, enquanto o núcleo de serviços avançou apenas 0,03%, indicando perda de fôlego ampla entre os componentes mais sensíveis à demanda. Entre os serviços, o item de alugueis desacelerou para 0,12%, reforçando a tendência de moderação observada nos últimos meses. Também contribuíram para a queda do índice as reduções em seguros de veículos, comunicação, vestuário, serviços médicos e automotivos usados, categorias que vinham exercendo pressão residual sobre a inflação. Em termos anuais, o índice cheio desacelerou de 4,2% para 3,5%, enquanto o núcleo recuou de 2,9% para 2,6%, ambos reforçando a trajetória de alívio inflacionário. A composição do resultado sugere que os choques recentes associados a tarifas, petróleo e cadeias produtivas continuam tendo impacto limitado sobre a inflação e subjacente, ao mesmo tempo em que a inflação de alugueis tende a permanecer pressionada, exigindo postura ainda firme do Federal Reserve. O mercado de trabalho nos Estados Unidos segue exibindo sinais claros de resiliência, mesmo diante de uma economia que vem mostrando perda de fôlego em outros indicadores. Os pedidos iniciais de seguro-desemprego recuaram para 187 mil na semana encerrada em 18 de julho, atingindo o menor nível desde 1969, um marco que evidencia a força da demanda por mão de obra e a baixa rotatividade no mercado de trabalho. Esse resultado reforça a leitura de que, apesar da desaceleração gradual da atividade e da moderação recente da inflação, as empresas continuam relutantes em demitir, sustentando um mercado de trabalho contínuo resiliente e alguns componentes de serviços ainda exibem pressões persistentes, o que justifica prudência na condução da política monetária. Na coletiva, Kevin Warsh manteve o tom cauteloso e reforçou sua preferência por uma comunicação com pouca sinalização futura (forward guidance), defendendo que os mercados devem formar suas próprias avaliações sobre a trajetória da economia e dos juros. Segundo ele, o Fed deve evitar indicar movimentos futuros de forma explícita, preservando a flexibilidade e reforçando a dependência dos dados como guia para decisões subsequentes. O Banco Central Europeu manteve a taxa de juros em 2,25%, mas sinalizou que o ciclo de aperto monetário ainda não está encerrado, deixando em aberto a possibilidade de novas altas nas próximas reuniões. A decisão reflete o equilíbrio delicado entre uma inflação que segue acima da meta em partes da zona do euro e sinais de desaceleração da atividade, especialmente na indústria e no consumo. Ao optar por manter a taxa estável, o BCE busca avaliar se a recente moderação dos preços será suficiente para consolidar a convergência da inflação ao objetivo de 2%, No entanto, ao não descartar novos aumentos, a instituição reforça que permanece vigilante diante de pressões inflacionárias persistentes, sobretudo em serviços, e que a política monetária pode voltar a endurecer caso os dados



Caixa de Assistência, Previdência e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Aperibé – CAPMA

futuros indiquem risco de reaceleração. A desaceleração econômica da China no segundo trimestre ficou evidente nos dados divulgados, marcada por um descompasso entre a demanda interna e externa. O PIB cresceu 4,3% entre abril e junho, abaixo da expectativa de 4,5% e do ritmo observado no primeiro trimestre (5,0%), reforçando a perda de fôlego da atividade doméstica. Apesar disso, junho trouxe sinais pontuais de melhora na produção industrial que avançou 5,3% na comparação anual, acima dos 4,5% de maio, e as vendas no varejo cresceram 1,0%, revertendo a queda de 0,1% do mês anterior. Por outro lado, os investimentos em ativos fixos seguiram como o principal ponto fraco, acumulando retração de 5,7% no primeiro semestre, refletindo o ajuste prolongado no setor imobiliário e a cautela das empresas diante de um ambiente de menor confiança. Recomendações: A publicação da Resolução CMN nº 5.272/2025 consolidou um novo marco regulatório para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), alterando de forma profunda a lógica de alocação de recursos e reforçando a governança como elemento central do processo decisório. Para os RPPS que ainda não possuem a certificação Pró-Gestão ou que se encontram no Nível I, as restrições impostas pela norma continuam representando desafios relevantes, sobretudo no que diz respeito à rentabilidade e à capacidade de diversificação das carteiras. Os limites mais rígidos de alocação reduzem o acesso a segmentos que historicamente contribuíam para melhorar o retorno ajustado ao risco, mantendo esses investidores mais dependentes do comportamento da curva de juros. No contexto de julho de 2026, marcado pela manutenção da volatilidade nos mercados e pela continuidade do ciclo de flexibilização monetária, após o corte de 0,25 p.p. que levou a Selic para 14,25%, as restrições regulatórias ainda não geram perdas imediatas. Contudo, preservam o risco de comprometimento da rentabilidade caso o fechamento da curva não se consolide, especialmente nos vértices médios e longos. Sem acesso a instrumentos mais sofisticados ou diversificados, as carteiras tendem a permanecer concentradas em renda fixa tradicional, com menor potencial de ganho real no longo prazo. Nesse ambiente, o monitoramento ativo das flutuações da taxa de juros segue essencial. Mesmo com alternativas limitadas, a gestão pode buscar ganhos táticos por meio de fundos de índices de renda fixa compostos exclusivamente por títulos públicos federais, tais como Fundos IMA, que permitem exposição a diferentes vértices da curva; Fundos IRF-M, sensíveis ao fechamento das taxas prefixadas; Fundos IDKa, que replicam curvas específicas de juros e possibilitam posicionamento tático. A utilização desses fundos permanece como uma das poucas estratégias disponíveis para mitigar o impacto das restrições regulatórias sobre a rentabilidade, lembrando que todos devem ser 100% compostos por títulos públicos federais. Para os demais RPPS, julho manteve a dinâmica observada ao longo do primeiro semestre: juros ainda elevados, inflação sob vigilância, com o IPCA de julho avançando 0,16% e acumulando 4,6% em 12 meses e um ambiente global complexo, permeado por incertezas geopolíticas e pelas decisões de política monetária nos Estados Unidos. Esse conjunto de fatores reforça a necessidade de postura prudente na alocação dos recursos, especialmente para aqueles classificados no Pró-Gestão Nível 2, que não possuem autorização normativa para investir no exterior. No segmento de renda fixa, para RPPS com Certificação Pró-Gestão níveis 2, 3 e 4, as recomendações seguem alinhadas ao ambiente econômico atual. As NTN-Bs continuam oferecendo remuneração real elevada, consolidada no patamar de IPCA + 7% ao ano, acima do teto da meta atuarial padrão (IPCA + 6%). Esse nível de taxa proporciona ganhos expressivos com volatilidade controlada, sobretudo para investidores que adotam estratégia de carregamento até o vencimento. É essencial observar rigorosamente as limitações impostas pela Resolução CMN nº 5.272/2025 para aquisição direta de títulos públicos. Para clientes com restrições operacionais, a recomendação permanece a exposição por meio de fundos vértices, que preservam a aderência à tese de investimento, oferecendo liquidez e diversificação. Na parcela indexada à inflação, os fundos IMA-B continuam apresentando excelentes oportunidades. Esses veículos capturam de forma eficiente os retornos das NTN-Bs por meio de gestão ativa, ajustando duração e exposição conforme a dinâmica da curva de juros, mantendo perspectivas favoráveis para o restante de 2026. A combinação entre proteção contra a inflação e flexibilidade tática reforça o papel desses fundos na composição dos portfólios dos RPPS, especialmente em um ambiente de transição gradual e cautelosa da política monetária. O segmento de renda variável apresentou novamente forte volatilidade ao longo de julho, refletindo saída de capital estrangeiro, pressões inflacionárias internas e sensibilidade aos ruídos geopolíticos. Embora a intensidade da correção tenha sido menor que a do mês anterior, o ambiente continuou desafiador. Ainda assim, a relação entre preço e lucro das empresas brasileiras permanece em patamares historicamente baixos, indicando que parte relevante do prêmio de risco já está incorporada e que o índice segue competitivo em termos relativos. A defasagem em relação a outros mercados emergentes mantém espaço para oportunidades seletivas, embora exija maior critério na escolha dos papéis. Diante desse contexto, a recomendação segue sendo a de realizar alocações em renda variável de forma gradual e equilibrada, acompanhando o ritmo do ciclo de flexibilização monetária e a estabilização dos choques globais. No cenário internacional, julho marcou uma deterioração do ambiente externo, com a intensificação da disputa entre Estados Unidos e Irã e a volta das tensões no Oriente Médio. A escalada geopolítica aumentou a aversão ao risco global, trazendo piora no humor dos mercados e pressionando ativos internacionais. Os setores ligados à tecnologia e inteligência artificial, que vinham liderando os ganhos ao longo do primeiro semestre, foram particularmente afetados pela correção, refletindo tanto o aumento da volatilidade quanto a reprecificação de expectativas de crescimento em meio ao ambiente mais incerto. Para os RPPS classificados nos Níveis 3 e 4 do Pró-Gestão, a exposição internacional voltou a demonstrar sua eficiência regulatória, atuando como importante vetor de diversificação, descorrelação cambial e proteção patrimonial em períodos de maior estresse doméstico e global. Mesmo diante da piora conjuntural, esses portfólios mantiveram papel estratégico na redução do risco agregado, reforçando a relevância da alocação internacional dentro dos limites normativos. Por fim, considerando a continuidade do ciclo de queda da Selic, as aplicações em fundos atrelados ao CDI seguem como alternativa de liquidez e composição tática de curto prazo em direção ao atingimento da meta atuarial. Embora o retorno nominal desses fundos tenda a recuar gradualmente com o ajuste dos juros básicos, eles ainda entregam patamares robustos o suficiente para dar suporte ao cumprimento das metas atuariais ao longo de 2026, especialmente quando combinados estrategicamente com carteiras de renda fixa indexadas à inflação (NTN-Bs) e com posicionamento fracionado em renda variável. Ronaldo Borges da Fonseca, economista carta recebida dia 06/08/2026. A Carteira de Investimentos da CAPMA que se encontra no dia 31/07/2026 com os seguintes números: Investimentos R\$31.936.214,65; disponibilidades Financeiras R\$286.981,48; total com disponibilidades R\$32.223.196,13. Informações retiradas do sistema Mais Valia.

Estrada RJ 116 - N 4400, Bairro Santa Ana – Aperibé / RJ – CEP: 28.495-000

Telefone: (22) 3864-0728 | E-mail: capmaaperibe2021@gmail.com

CNPJ: 02.402.756/0001-92



Caixa de Assistência, Previdência e Pensão dos Servidores Públicos do
Município de Aperibé – CAPMA
Mês de junho de 2026

Ativo	Saldo Atual
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF C...	1.074.723,45
BRADESCO IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	240.775,14
CAIXA ALIANÇA TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA CURTO...	941.746,63
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	5.581.126,93
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIX...	103.953,72
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA ...	2.148.128,69
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIX...	3.547.923,24
CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA ...	2.898.963,69
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	6.482.964,70
BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	712.193,68
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	884.082,08
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	5.589.281,18
PREMIUM FIDC SÊNIOR 1 21 §2º	133,01
BRADESCO SELECTION RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	1.352.448,98

Mês de julho de 2026	
Ativo	Saldo Atual
Ativo	Saldo Atual
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA ...	1.104.418,68
BRADESCO IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FI...	246.043,32
CAIXA ALIANÇA TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA ...	961.286,41
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RESP LIMITADA FIF CIC RENDA ...	5.695.370,00
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF REND...	106.406,50
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA ...	2.207.682,77
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF REND...	3.626.617,01
CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA ...	2.953.594,48



**Caixa de Assistência, Previdência e Pensão dos Servidores Públicos do
Município de Aperibé – CAPMA**

Ativo	Saldo Atual
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	6.619.614,54
BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	727.207,47
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA F...	904.568,84
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	5.709.064,86
PREMIUM FIDC SÊNIOR 1	133,82
BRADESCO SELECTION RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	1.361.859,76

Foram analisados os repasses recebidos da Prefeitura Municipal de Aperibé referentes aos meses de junho e julho de 2026. Verificou-se que os repasses relativos à parte dos servidores e à parte patronal encontram-se em dia com suas respectivas obrigações. A Presidente do Comitê informou aos membros presentes que os débitos relativos aos repasses previdenciários de parcelamentos anteriores, inclusive o parcelamento judicial, foram repactuados pelo Ente e cadastrados no CADPREV sob os n°s 0990/26, 0991/26, 0992/26 e 01017/26. Ressaltou, ainda, que dois dos parcelamentos foram aceitos e os outros dois permanecem em análise. Foi informado também que o Poder Executivo Municipal ainda não adotou nenhuma medida visando ao integral cumprimento da Nota Técnica n° 07, assunto já discutido por este Comitê em reuniões anteriores. Em resposta ao Ofício n° 052/2026, foi encaminhada a servidora Marêssah Ribeiro Ananias para compor o Comitê de Investimentos. Dando continuidade, foi informado que, no mês de junho, a CAPMA recebeu o valor de R\$22.616,65 (vinte e dois mil, seiscentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos) e no mês de julho, a CAPMA recebeu o valor de R\$132.480,12 (cento e trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta reais e doze centavos) de Compensação Previdenciária (COMPREV) respectivamente. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião às 11h25min, sendo a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada pelos membros presentes.

MEMBROS	ASSINATURA
Fernanda da Silva Santos Lanes Certificação: TOTUM Nivel intermediário (9 CP RPPS CGINV II)	
Mônica Costa Venceslau Certificação: TOTUM Nivel intermediário (9 CP RPPS CGINV II)	
Israel José Antônio da Cunha Leite Dallier Certificação: TOTUM Nivel: Básico (CP RPPS CGINV I)	
Cris Carla de Oliveira Carneiro Certificação: TOTUM Nivel intermediário (9 CP RPPS CGINV II)	
Marêssah Ribeiro Ananias Certificação:	